

LEIA NESTA EDIÇÃO:

1 – Um minuto de Reflexão; 2 - Festival do Mel já começou em Mucajaí; 3 - Gel extraído do própolis será usado em queimados; 4 - SC terá sete novas escolas técnicas; 5 - Incentivo à produção de mel; 6 - Insetos: Abelhas sem ferrão, a importância da preservação; 7 - GELÉIA REAL ENCAPSULADA EM LIPOSSOMAS NUTRE E PREVINE O ENVELHECIMENTO PRECOCE DA PELE; 8 - IBGE divulga resultado da extração vegetal e Pesquisa Pecuária Municipal; 9 - Pesquisadores do Inpa descrevem terceiro caso no mundo de dispersão de sementes em floresta por abelhas sem ferrão; 10 - I SEMINÁRIO DE APICULTURA DO PÓLO CUESTA; 11 - Projeto em prol da apicultura gera bate-boca na CMU; 12 - Brasil aumentou oferta de produtos de origem animal em 2006, constata pesquisa do IBGE; 13 - Unesp detecta adulterações no mel; 14 - Comissão de Estudo Especial da Cadeia Apícola; 15 - Controle e erradicação de espécies exóticas poderá virar lei no Paraná.

1 – Um minuto de Reflexão

Aprender é descobrir aquilo que você já sabe. Fazer é demonstrar que você o sabe. Ensinar é lembrar aos outros que eles sabem tanto quanto você. Vocês são todos aprendizes, fazedores, professores" (Richard Bach - "Ilusões").

2 - Festival do Mel já começou em Mucajaí

Começou hoje, no ginásio Poliesportivo Francisco Arnaldo de Souza Paiva, do município de Mucajaí, a 3ª edição do Festival do Mel, promovida pelo Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), por meio do Projeto de Apicultura Integrada (Apis).

O evento tem uma programação diversificada, proporcionando aos expositores a oportunidade de contato direto com o consumidor e a comercialização de seus produtos e derivados do mel, e aos visitantes o reconhecimento potencial de produção apícola do município.

O festival visa evidenciar o mel como um dos fatores de impulso no crescimento econômico no Estado. Destacando ainda, os diversos cosméticos produzidos pelos apicultores da localidade, apostando em sabonetes, máscaras de pele e shampoo. Além de explorar com maestria as propriedades farmacológicas naturais do mel.

Paralelamente ao evento haverá visita técnica aos apiários modelos. Hoje o mel de Mucajaí é reproduzido por 1.500 colméias, atingindo uma produção de 13 toneladas/ano.

3 - Gel extraído do própolis será usado em queimados

Emanuel Amaral - SAÚDE - Tratamento feito com produto natural já é utilizado em Cuba -

Ribeirão Preto (AE) - Um medicamento em forma de gel, à base de própolis, que tem ação cicatrizante e antimicrobiana no tratamento de pacientes queimados deverá ser produzido em escala industrial em breve. O produto foi desenvolvido e testado durante seis anos, na Faculdade de Ciências Farmacêuticas, da Universidade de São Paulo (USP) em Ribeirão Preto, pela farmacêutica Andresa Berretta, em seus cursos de mestrado e doutorado.

A empresa Apis Flora, de Ribeirão Preto, que produz derivados apícolas e fitoterápicos e financiou a pesquisa, tem a patente do gel e está preparando a documentação para entrar com o pedido de registro do produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O produto desenvolvido é um líquido gelado que se transforma em gel no contato com a pele e tem ações semelhantes às de produtos sintéticos, auxiliando na regeneração da pele e evitando a contaminação.

Além de natural, o produto libera o princípio ativo do própolis de abelhas, formado por resinas e outras substâncias produzidas pela colméia que a protegem e impedem a proliferação de microorganismos que possam contaminá-la.

É aplicado frio. Em contato com a pele, o produto se geleifica. Após testes pré-clínicos realizados em ratos, foram feitos testes clínicos com 31 pacientes da Unidade de Queimados, do Hospital das Clínicas de Ribeirão. Com os resultados, Andresa diz que o próximo passo é disponibilizar a formulação também para o uso doméstico, para pequenas queimaduras.

Segundo Andresa, em Cuba o própolis já é usado para tratamento de queimaduras, mas de forma artesanal, pois transformá-lo em medicamento exige rigor, padronização e condições técnico-operacionais compatíveis com a indústria farmacêutica. Ela acrescenta ainda que as concentrações das substâncias presentes no própolis mudam de região para região, por isso foi necessário fazer primeiro a padronização dessa composição para garantir que todo o lote utilizado na pesquisa tivesse a mesma concentração dos princípios ativos.

Como não houve efeito colateral nem alteração na pele, o produto foi aprovado e patenteadado. Toda a pesquisa foi feita visando à produção de um medicamento totalmente nacional e que traria alívio na hora da aplicação, além de preço acessível ao consumidor.

4 - SC terá sete novas escolas técnicas

Santa Catarina ganhará mais sete escolas técnicas até 2010, na segunda fase da expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica. O Estado já tem 12 escolas do gênero.

As novas instituições serão implantadas nas cidades-pólo de São Miguel do Oeste, Itajaí, Criciúma, Lages, Gaspar, Canoinhas e Videira.

As unidades serão vinculadas ao Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Santa Catarina (Cefet-SC) e aproveitarão os arranjos produtivos de cada região: móveis e agroindústria, em Canoinhas; têxtil e agroindústria, em Gaspar; cerâmica e polímeros, em Criciúma; pesca e turismo, em Itajaí; madeira, turismo e móveis, em Lages; metal-mecânica e confecção, em São Miguel do Oeste; e madeira e apicultura, em Videira.

A expansão da rede de educação profissional está prevista no Plano de Desenvolvimento da Educação, lançado pelo Ministério da Educação em abril. A proposta determina a construção de 150 escolas técnicas em todo o país. Os municípios foram definidos considerando os arranjos produtivos locais para reduzir a saída dos alunos para grandes cidades. Para apresentar o PDE em Santa Catarina, o ministro da Educação Fernando Haddad visitará Florianópolis nesta segunda-feira.

Fonte: WebApacame - Veículo: Diário Catarinense - Seção: Geral - Data: 08/12/2007 - Estado: SC

5 - Incentivo à produção de mel

Seminário regional teve como um de seus objetivos pensar em novas estratégias de comercialização do mel

Mombaça. Com o objetivo de fortalecer e incentivar a produção de mel de abelha no sertão cearense foi realizado, nesta cidade, o V Seminário de Apicultura da Região do Sertão Central. O evento reuniu centenas de produtores no ginásio de esporte que discutiram novas estratégias de comercialização, perspectivas da atividade, associativismo e tecnologia de produção.

O Ceará avançou bastante na última década no setor de apicultura. “Passamos de uma produção anual insignificante que sequer tinha registro, para uma média de 10 mil toneladas de mel por ano”, disse o vice-presidente da Federação Cearense de Apicultura (Fecap), Xavier Leal Neto.

O mercado externo e convencional responde por 70% das vendas e a aquisição do produto para a merenda escolar está em torno de 25 %.

Para enfrentar alguns obstáculos na comercialização, os apicultores do setor familiar e secretários municipais de Agricultura estão mobilizados na tentativa de

ingressar no Programa da Compra Antecipada com doação simultânea, por parte da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) em parceria com a associação de produtores local.

Atualmente o preço do quilo do mel de abelha está em torno de R\$ 2,00 no mercado comum, enquanto que a venda para a Conab é feita pelo dobro. “Infelizmente há burocracia e escassez de recursos que emperram o andamento do programa do governo”, observa o secretário de Agricultura de Acopiara, Luís Lucas. “O ano está findando e os produtores ainda aguardam a venda do mel que está estocado”.

Apoio do crédito

O vice-presidente da Fecap observa que o apoio de crédito do BNB, Banco do Brasil e assistência técnica de instituições como Sebrae, Ematerce e da Universidade Federal do Ceará contribuíram para a expansão da apicultura no Estado. “É uma atividade complementar que dá renda extra para a agricultura familiar, ocupa só 15% do tempo do produtor, não impede outros trabalhos, além de ser ambientalmente correta”, observa Xavier Leal.

Mesmo com dois anos seguidos de queda de produção em face da estiagem no sertão cearense, a apicultura mantém uma tendência de expansão. Um dado é o crescimento de financiamento de projetos por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). De acordo com estimativas da Fecap, hoje no Estado, há cerca de seis mil apicultores. A ampla maioria, 90%, é da agricultura familiar, formada por pequenos produtores que mantêm, em média, 50 colméias.

O prefeito de Mombaça, Willame Alencar, destacou a importância da atividade para o fortalecimento do agronegócio. O representante da diretoria do Sebrae, Carlos Viana, disse que os apicultores precisam encontrar novos caminhos para a comercialização do produto.

A parceria entre o Sebrae e o Sindicato dos Panificadores (Sindpan) visa incentivar a produção de pães, bolos e biscoitos com o uso do mel de abelha em substituição ao açúcar convencional. “Já treinamos mais de 200 profissionais em 10 municípios”, disse Lauro de Oliveira Filho, vice-presidente do Sindpan. “Os consumidores gostam do produto e é um novo mercado que se abre para os apicultores”, destacou ele.

Apesar de algumas dificuldades, os produtores mostram-se satisfeitos. Paulo Fernandes, de Jucás, começou há 4 anos com 10 colméias, mas hoje tem 24 e pretende ampliar a produção. “Quero fazer um financiamento do Pronaf e comprar mais 14 colméias”, disse. Neste ano, ele colheu 500 quilos do produto que estão estocados aguardando a oportunidade de venda para a Conab.

ENQUETE

Atividade representa uma renda extra para as famílias

Luis Lucas

Secretário de Agricultura

"O preço caiu para a realidade. Além disso, a agricultura familiar é fortalecida com uma renda extra."

Pedro Fernandes

Produtor de Jucás

"Estou satisfeito e pretendo ampliar o número de colméias. Espero vender o produto para a merenda escolar."

Xavier Leal Neto

Vice-presidente da Fecap

"A apicultura dá uma renda complementar e não impede que o produto desenvolva outra atividade."

Honório Barbosa - Repórter

Fonte: WebApacame - Veículo: Diário do Nordeste - Seção: Capa - Data: 08/12/2007 - Estado: CE

6 - Insetos: Abelhas sem ferrão, a importância da preservação

Autor: Délcio Rocha - Publicado: 2006/12/16

A criação racional das abelhas da tribo meliponini e da tribo trigonini é denominada de meliponicultura. Conhecidas popularmente como abelhas sem ferrão ou abelhas nativas ou indígenas, essas abelhas possuem ferrão atrofiado, não conseguindo utilizá-lo como forma de defesa. Algumas espécies são pouco agressivas, adaptam-se bem a colméias racionais e ao manejo e produzem um mel saboroso e apreciado. Além do mel, essas abelhas podem fornecer, para exploração comercial, pólen, cerume, geoprópolis e os próprios enxames. Outras formas de exploração são: educação ambiental, turismo ecológico e paisagismo.

A polinização é outro produto importante fornecido pelos meliponideos. Uma vez que não possuem o ferrão, as abelhas nativas podem ser usadas com segurança na polinização de espécies vegetais cultivadas no ambiente fechado da casa de vegetação. Além disso, algumas culturas, como o pimentão, necessitam que, durante a coleta de alimento, a abelha exerça movimentos vibratórios em cima da flor para liberação do pólen. Esse comportamento vibratório é típico de algumas espécies de abelhas nativas, mas não é observado na abelha africanizada (*Apis mellifera*), que não consegue ser um agente polinizador eficiente dessas culturas.

No Brasil são conhecidas mais de 400 espécies de abelhas sem ferrão que apresentam grande heterogeneidade na cor, tamanho, forma, hábitos de nidificação e população dos ninhos. Algumas se adaptam ao manejo, outras não. Embora vantajosa, a criação racional dessas abelhas é dificultada pela escassez

de informações biológicas e zootécnicas, pois muitas sequer foram identificadas ao nível de espécie.

Devido a essa diversidade, é fundamental realizar pesquisas sobre comportamento e reprodução específicas para cada espécie; adaptar técnicas de manejo e equipamentos; analisar e caracterizar os produtos fornecidos e estudar formas de conservação do mel que, por conter mais umidade do que o mel de *Apis mellifera*, pode fermentar com mais facilidade. A alta cotação do preço do mel das abelhas nativas no mercado, que em média varia de R\$ 15,00 a 50,00 cada litro, aliada ao baixo investimento inicial e a facilidade em manter essas abelhas próximo das residências, tem estimulado novos criadores a iniciarem nessa atividade.

Entretanto, muitos produtores em busca de enxames para povoarem os meliponários, acabam atuando como verdadeiros predadores, derrubando árvores para retirada das colônias, que, muitas vezes, acabam morrendo devido a falta de cuidado durante o traslado e ao manejo inadequado.

Outra causa da morte das colônias é a criação de espécies não adaptadas à sua região natural. É relativamente comum que produtores iniciantes ou experientes das regiões Sul e Sudeste do Brasil queiram criar abelhas nativas adaptadas às regiões Norte e Nordeste, e vice-versa. A falta de adaptação dessas abelhas às condições ambientais da região em que são colocadas acabam por matar as colônias, podendo contribuir para a extinção das mesmas.

A quantidade de colônias nos meliponários também é um fator crucial para preservação das espécies. Várias pesquisas indicam que, quando a espécie criada não ocorre naturalmente na região do meliponário, são necessários pelo menos 40 colônias para garantir uma quantidade de alelos sexuais e evitar que os acasalamentos consangüíneos provoquem a morte das mesmas em 15 gerações. Embora somente três espécies de abelhas estejam na lista de animais em risco de extinção do Ibama (*Exomalopsis* (*Phanomalopsis*) *atlantica*; *Melipona capixaba* e *Xylocopa* (*Diaxylocopa*) *truxali*), e dessas somente a *Melipona capixaba* é social, sabe-se que nas reservas florestais a quantidade de ninhos de abelhas sem ferrão vem se reduzindo ano a ano.

A extinção dessas espécies causará um problema ecológico de enormes proporções, uma vez que as mesmas são responsáveis, dependendo do bioma, pela polinização de 80 a 90% das plantas nativas no Brasil. Assim, o desaparecimento das abelhas causaria a extinção de boa parte da flora brasileira e de toda a fauna que dependa dessas espécies vegetais para alimentação ou nidificação. Conscientes do problema, o governo brasileiro, por meio do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) publicou no Diário Oficial da União em 17 de agosto de 2004 a RESOLUÇÃO Nº 346 DE 06 DE JULHO DE 2004, que disciplina a utilização de abelhas silvestres nativas, bem como a implementação do meliponário.

Contudo, sabe-se que somente a criação de uma legislação normativa não é suficiente para preservação de espécies da fauna e flora nativa. É necessário, também, um programa informativo visando a capacitação e sensibilização para

que os produtores não só sejam conscientizados, mas também sejam capazes de mobilizar e informar aos seus vizinhos sobre o problema. Resta, assim, fazer um apelo não só aos governos nos níveis federais, estaduais e municipais, mas também à sociedade como um todo para que se comece a divulgar os problemas acarretados pela retirada indiscriminada dessas abelhas da mata. A criação dos meliponídeos deve ser realizada com responsabilidade para evitar a extinção das abelhas e, a médio e longo prazo, a extinção da flora e fauna que dependem direta ou indiretamente desse importante agente polinizador.

Por Fábria de Mello Pereira, Pesquisadora da Embrapa Meio-Norte - Fonte: Embrapa

Fonte: <http://www.faunabrasil.com.br> - acesso em 6/12/2007

7 - GELÉIA REAL ENCAPSULADA EM LIPOSSOMAS NUTRE E PREVINE O ENVELHECIMENTO PRECOCE DA PELE

Agora os benefícios da geléia real já podem ser utilizados para nutrição e regeneração cutânea

Sabe-se que o consumo de geléia real apresenta inúmeros benefícios para a saúde humana, garantindo efeitos estimulantes ao organismo, melhorando a oxigenação, aumentando a resistência contra doenças e podendo funcionar até como um auxiliar em casos de recuperações cirúrgicas. Mas além de todos estes benefícios internos, esta substância contribui também à saúde da pele.

Como novidade para o tratamento cutâneo, a Galena Química e Farmacêutica lançou Lipobelle Royal®, um ativo que possui a pura geléia real encapsulada em lipossomas e que promove a revitalização da epiderme. "Por ser um ativo lipossomado, a penetração nas camadas mais profundas da pele é garantida. Com isso seu efeito é potencializado", afirma a farmacêutica da Galena, Giovana Barbosa.

A geléia real consiste em uma emulsão composta por proteínas, açúcares, vitaminas A, C, D, E e as do complexo B, especialmente incluindo a tiamina (B1), riboflavina (B2), piridoxina (B6), cianocobalamina (B12), niacina, biotina, ácido fólico e inositol. Além disso, contém alta quantidade de ácido pantotênico, reconhecido por sua habilidade em reduzir os níveis de estresse, além de ser fontes de minerais e elementos como sódio, magnésio, cálcio, zinco, ferro e cobre, e todos os outros aminoácidos essenciais para a vida. "É um super alimento que contém a maioria dos nutrientes conhecidos. Segundo inúmeros pesquisadores é o alimento mais completo produzido na natureza e agora seus benefícios podem ser conferidos efetivamente nos tratamentos da pele com o uso de Lipobelle Royal®", relata a farmacêutica da Galena.

Lipobelle Royal® é rico em nutrientes essenciais à vida, sendo estimulante e tonificante. A matéria-prima permite uma revitalização balanceada para a epiderme e é indicada para o cuidado diário de peles maduras, secas e sem vitalidade, capaz de nutrir, regenerar, preservar a elasticidade e o tônus cutâneo, restaurando a firmeza e protegendo contra o envelhecimento.

A novidade já está disponível nas principais farmácias de manipulação do Brasil.

Fonte: WebApacame - Veículo: Maxpress - Seção: Notícias - Data: 10/12/2007 - Estado: SP

8 - IBGE divulga resultado da extração vegetal e Pesquisa Pecuária Municipal

Brasília - A Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura e a Pesquisa Pecuária Municipal serão divulgadas hoje (11) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) às 20h, em entrevista coletiva na sede da instituição, no Rio.

A Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2006 mostra a quantidade e o valor dos recursos naturais (extrativismo vegetal) extraídos e maciços florestais plantados (silvicultura). São apresentados dados como o número de árvores cortadas, a produção de madeira em tora, lenha, carvão e nó-de-pinho por estado e principais municípios.

Já a Pesquisa Pecuária Municipal traça um perfil da produção brasileira de animais (bovinos, suínos, bubalinos, eqüinos, asininos e aves, entre outros) e produtos de origem animal, como leite, lã, ovos e mel.

De manhã, às 9h, o IBGE divulga os resultados do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi), referente ao mês de novembro. Para essa pesquisa, não haverá entrevista. Os dados estarão disponíveis no site www.ibge.gov.br.

Fonte: WebApacame - Veículo: Agência Brasil - Radiobrás - Seção: Últimas Notícias - Data: 11/12/2007 - Estado: DF

9 – Pesquisadores do Inpa descrevem terceiro caso no mundo de dispersão de sementes em floresta por abelhas sem ferrão

Reflorestamento por abelhas - Por Michelle Portela, de Manaus - Agência FAPESP – Pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) conseguiram descrever como abelhas sem ferrão do gênero *Melipona* contribuem para a dispersão de sementes de angelim-rajado (*Zygia racemosa*), espécie presente na vida do ribeirinho e de alto valor comercial. Esse é o terceiro caso no mundo, comprovado cientificamente, de melitocoria, a dispersão de sementes de plantas por abelhas.

A dispersão do angelim-rajado no caso estudado foi realizada por abelhas sem ferrão. O fato surpreendeu os pesquisadores pelo grande tamanho da semente carregada com resina pelas operárias. As abelhas sem ferrão são responsáveis por 30% a 90% da polinização de plantas em diferentes biomas brasileiros.

A participação é acentuada na região amazônica. “O Amazonas concentra a maior variedade de abelhas sem ferrão do mundo. Com a maior extensão territorial e mata preservada, a principal diversidade está aqui, bem perto de nós”, disse o biólogo Alexandre Coletto da Silva, do Inpa, à Agência FAPESP.

Das cerca de 400 espécies de abelhas sem ferrão descritas na literatura científica, pelo menos 300 estão na Amazônia. “A importância da descoberta da participação das abelhas na dispersão do angelim-rajado aumenta quando se considera o valor do uso dessa espécie madeireira pelos povos tradicionais da floresta”, afirmou Coletto da Silva.

O angelim-rajado é muito usado na construção de paredes de casas ou no entalhe de móveis, como mesas e cadeiras. A descoberta foi descrita na revista *Acta Amazonica*.

Durante um ano, o grupo da bióloga Christinny Giselly Bacelar Lima, doutoranda em botânica pelo Inpa, acompanhou o comportamento das abelhas entre o meliponário (onde se criam abelhas sem ferrão) do Inpa e a floresta natural do campus da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Quando voltavam da floresta, algumas traziam sementes para as colméias.

Segundo Coletto da Silva, os pesquisadores se questionaram sobre a possibilidade de dispersão pelas abelhas. “Se eram abelhas mesmo que estavam levando as sementes para lá, precisávamos provar esse comportamento”, disse.

Uma câmera foi instalada na frente da colméia para registrar o momento em que as abelhas voltavam para “casa” com as sementes presas nas pernas. De modo a descobrir a semente de qual espécie de planta estava sendo transportada, os pesquisadores entraram na mata da Ufam, para onde sabiam que as abelhas voavam uma vez que haviam observado a direção e sentido que as operárias se deslocavam após sair das colméias.

“No primeiro dia de campo, após várias horas de caminhada pela mata, confirmamos a existência de inúmeras mudas como as que trazíamos conosco, obtidas a partir das sementes trazidas pelas abelhas e postas para germinar. E, mais à frente, ao olharmos para cima deparamos com um grande angelim-rajado”, disse Coletto da Silva.

Posteriormente, ele e outro membro do grupo subiram no angelim por rapel para fotografar a coleta. “No alto, fotografamos abelhas coletando sementes. Era o terceiro caso registrado no mundo”, afirmou.

O primeiro caso de melitocoria foi registrado na Austrália. Uma abelha do grupo das trigonas (*Trigona carbonaria*), espécie sem ferrão menor, carregava a semente de um tipo de eucalipto. O segundo caso foi no Amazonas, também com abelhas *Melipona*, que espalharam sementes da espécie vegetal *Coussapoa asperifolia*.

O artigo Melitocoria de *Zygia racemosa* (Ducke) Barneby & Grimes por *Melipona seminigra merrillae* Cockerell, 1919 y *Melipona compressipes manaosensis* Schwarz, 1932 (Hymenoptera, Meliponina) en la Amazonía Central, Brasil, de Christinny Giselly Bacelar-Lima e outros, publicado na Acta Amazonica (vol. 3, 3ª edição), pode ser lido em <http://acta.inpa.gov.br>.

Fonte: http://www.agencia.fapesp.br/boletim_dentro.php?id=8155 - acesso em 12/12/2007

10 - I SEMINÁRIO DE APICULTURA DO PÓLO CUESTA

15 de dezembro - Itatinga, S.P- Local: Escola Aristeu Pedroso de Almeida – R. Altair Stengel Tieghi, nº36

PROGRAMAÇÃO: 08:30 Abertura do Encontro; - 09:00 às 10:20 - Sanidade Apícola - Guido Laércio Bragança Castagnino - FMVZ/Unesp Botucatu; - 10:50 às 12:10 - Associativismo – SEBRAE; - Almoço: 12:15; - 14:00 às 15:20 - Análise de Pontos Críticos na Produção Apícola; - Pra. Dra. Lídia Maria Carelli Barreto - Univesidade de Taubaté; - 15:45 às 17:15 - Rastreabilidade e Certificação de Produtos Apícolas - Prof. Luiz Eugenio Pasin - Univesidade de Taubaté; 17:20 – Encerramento.

Inscrições Limitadas ! Enviar ficha de inscrição (anexo) preenchida para o e-mail: apc_apicultura@hotmail.com até 10/12 - Mais Informações: (14) 38826934 ou (14) 96975852

11 - Projeto em prol da apicultura gera bate-boca na CMU

O parecer de inconstitucionalidade dado pela Comissão de Justiça, Legislação e Redação da Câmara Municipal de Uberaba no Projeto de Lei n.º 325/07, de autoria do vereador José Ronaldo Maciel, Bolão (DEM), gera bate-boca entre vereadores. Bolão não admitiu a visão do presidente da Comissão, Massuó Machiyama (PP), ao dar o voto de inconstitucionalidade no projeto que pretendia incentivar a apicultura no município por vício de iniciativa.

A justificativa da inconstitucionalidade se deve a atribuições do Executivo dentro do projeto como, por exemplo, ações preventivas contra a destruição das abelhas. Tanto a comissão quanto o jurídico da Casa, representado pelo advogado Marcelo Alegria, reforçaram o parecer. No entanto, para Bolão, houve uma má- interpretação da proposta.

Segundo ele, não existem custos para tal incentivo. Para ele, não onera custos para o Executivo desenvolver as ações propostas no projeto. Tal alegação não foi

suficiente para o parlamentar criticar o posicionamento de Machiyama. "Não houve o entendimento da comissão perante o projeto. O que faço aqui então se esta Casa mais parece um botequim de esquina?", questionou. Na defensiva, Machiyama alegou que não era adivinho para deduzir o que Bolão estaria colocando na matéria. O discurso passou para a discussão "inflamada" cabendo ao presidente da CMU cortar o som dos vereadores.

Apesar disso, o parecer de inconstitucionalidade foi mantido. Apenas os vereadores Antônio Carlos Silva Nunes, Tony Carlos (PMDB), Marilda Ribeiro Resende (PT), Afrânio Cardoso Lara Resende (PP), Paulo Pires (PSDB) e Itamar Ribeiro de Rezende (DEM) foram favoráveis à derrubada do parecer.

Justificativa - Ao contrário do parecer inconstitucional, o vereador aponta que o projeto traz receitas ao Executivo por formalizar o comércio dos apicultores. A proposta de ainda regulamenta identificação de áreas potenciais para a apicultura, regulamentação da atividade, desenvolvimento de pesquisas destinadas ao melhoramento da atividade, assistência técnica e formação profissional aos apicultores, registro e fiscalização das unidades e incentivo ao consumo do produto na merenda escolar e na cesta básica.

Bolão transformará o projeto em requerimento. De acordo com ele, o município produz em torno de 50 toneladas de mel por mês. Contudo, a produção não é legalizada por falta de legislação. "Todo o produto sai de Uberaba e vai para outros municípios onde é engarrafado e retorna à cidade para o mercado", afirma. (DB)

Fonte: WebApacame - Veículo: Jornal de Uberaba - MG - Seção: Política - Data: 12/12/2007 - Estado: MG

12 - Brasil aumentou oferta de produtos de origem animal em 2006, constata pesquisa do IBGE

Rio de Janeiro/RJ - Todos os produtos de origem animal incluídos na Pesquisa Produção da Pecuária Municipal, divulgada hoje (11) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tiveram aumento na produção no decorrer do ano passado.

Os destaques foram mel (7,2%), ovos de galinha e casulos de bicho-da-seda (5,8% cada), ovos de codorna (5,2%), leite (3,2%) e lã (0,9%).

O gerente do IBGE, Octávio Costa de Oliveira, responsável pela pesquisa, informou à Agência Brasil que no caso do mel, a produção tem crescido de forma contínua no país. Do total produzido no ano passado, de 36,193 milhões de toneladas, 40,3% foram exportados.

O Sul (45,4%) e o Nordeste (33,4%) são as regiões que concentram as maiores produções. O Rio Grande do Sul é o estado que apresentou a maior participação

no total de mel produzido (21,6%), enquanto na Paraíba foi registrada a maior variação positiva em 2006 em comparação ao ano anterior (201,3%).

Oliveira afirmou que no Nordeste o aumento da produção de mel deriva do apoio governamental, “incentivando os pequenos produtores a entrar na atividade”. O principal produtor municipal de mel no Brasil é Ortigueira (PR), onde a produção anual atinge cerca de 560 toneladas. O aumento da produção nessa cidade foi de 1,8% no ano passado em relação a 2005.

Em relação ao leite, o Brasil vive uma fase de expansão, sinalizou o gerente do IBGE. “O mercado externo tem demandado muito leite. Desde o ano passado, as exportações de leite estão tendendo a aumentar. Então, está tendo uma demanda por esse tipo de produto”. No mercado interno, ao contrário, a demanda está satisfeita, salientou Oliveira.

A pesquisa registrou produção de 25,4 bilhões de litros de leite de vaca em 2006, um aumento de 3,2% sobre o resultado de 2005. O Sudeste é a maior região produtora do país, concentrando 38,4% do total, e Minas é o principal estado, respondendo, isoladamente, por 27,9%, o que equivale a 7,1 bilhões de litros por ano.

O maior percentual de crescimento da produção leiteira foi encontrado no Nordeste (7,6%), enquanto o menor ocorreu no Sudeste (2,1%), revela o IBGE. Por estados, Sergipe e Acre mostraram os maiores incrementos na atividade, de 26,8% e 23,1% respectivamente.

A maior queda nacional na produção de leite, por unidades da Federação, foi apurada em Rondônia (8%) e pode ser atribuída à redução do número de vacas ordenhadas em importantes cidades desse estado.

O gerente de Estatística da Pecuária do IBGE salientou que, em termos de lã, o Rio Grande do Sul aparece como detentor de 92% da produção nacional, seguido por Paraná e Santa Catarina. Em conjunto, a Região Sul responde por 98,4% do total produzido no país. Em contrapartida, São Paulo sofreu redução de 20,7% na produção em relação a 2005.

“O que a gente tem observado é que São Paulo tem reduzido sua participação na produção de lã cada vez mais. A tendência é sumir no curto prazo”. A migração dos produtores para outras atividades poderia explicar a queda na produção de lã paulista, que se verifica desde 2003, “por uma questão de lucratividade”, esclareceu Oliveira.

No ano passado, o Brasil registrou produção de 2,9 bilhões de dúzias de ovos de galinha, com aumento de 5,8% em relação a 2005. O Sudeste é a principal região produtora, contribuindo com 45,8% do total. O maior crescimento no ano foi identificado na Região Norte, com 19,2%. A produção de ovos de codorna está concentrada no Sudeste brasileiro, que respondeu por 67,8% do total. São Paulo é o maior produtor nacional.

13 - Unesp detecta adulterações no mel

Com o objetivo de testar a qualidade do mel vendido nas Regiões Sudeste e Sul do Brasil, o Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista (Unesp), câmpus de Botucatu, analisou, entre abril e novembro de 2007, 61 amostras de mel envasadas em 7 Estados brasileiros, comprados em supermercados e estabelecimentos comerciais e que possuíam selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF).

O resultado da análise, divulgado na primeira semana de novembro, aponta que, dos produtos avaliados, 11 apresentaram adulteração, utilizando açúcar comercial ou xarope de milho. O mel produzido em São Paulo foi o que apresentou o maior número de irregularidades. De 19 amostras, 6 estavam adulteradas, e 7, apesar de não serem totalmente puras, enquadravam-se nos níveis tolerados pelo método de análise utilizado pelo SIF.

A bióloga responsável pela pesquisa, Cibele de Souza, diz que utilizou a técnica de análise de isótopos de carbono para verificar a qualidade do mel. Segundo Cibele, a análise do SIF é menos eficaz, detecta menos adulterações do que a técnica adotada pela Unesp. 'A análise do carbono, que a União Européia também usa, pega pequenas adulterações.'

XAROPE DE AÇÚCAR

A pesquisadora acrescenta, porém, que o mel adulterado não prejudica a saúde do consumidor. 'O consumidor está sendo enganado, pois não está consumindo mel e sim um xarope composto de açúcar.'

Quanto aos demais Estados, os produtos analisados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, seis ao todo, foram identificados como puros. Minas Gerais teve nove amostras analisadas e apenas uma estava com alto grau de adulteração. No Sul, sete amostras, do Paraná, não tiveram adulteração. Em Santa Catarina foram 11 produtos analisados e 2 estavam irregulares. No Rio Grande do Sul, de sete amostras, havia duas irregulares.

Os resultados serão encaminhados ao setor de Vigilância Sanitária da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Unesp, para que sejam tomadas providências. Só então as marcas serão divulgadas.

Para o apicultor paulista e membro da Associação Paulista de Apicultores Criadores de Abelhas Melíferas Europeias (Apacame), Julio de Oliveira, o resultado assusta. Ele recomenda comprar mel direto de apicultores. 'Muita gente compra mel de vendedores ambulantes e feiras livres, sem garantia nenhuma de procedência.'

ATENÇÃO

Para Oliveira, os órgãos fiscalizadores, no caso o SIF, devem ficar atentos, pois são responsáveis pelas pesquisas e os méis analisados possuíam o selo de inspeção. Oliveira produz 4.500 quilos de mel/ano.

Consultada sobre a pesquisa, a assessoria do Ministério da Agricultura, ao qual o SIF é subordinado, afirmou, por intermédio da fiscal federal agropecuária e médica veterinária Priscilla Bagnatari Rangel, que o Ministério aprovou o regulamento técnico de identidade e qualificação do mel, que estabelece os parâmetros físicos e químicos do produto e suas respectivas metodologias oficiais.

Conforme Priscilla, a metodologia de análise dos átomos de carbono 12 e 13, realizada nos méis de estabelecimentos sob inspeção federal, não é oficial.

INFORMAÇÕES: Unesp de Botucatu, tel. (0--14) 3815-1171

Fonte: WebApacame - WebAPACAME - webapacame@terra.com.br - Veículo: O Estado de S. Paulo - Seção: Conteúdo livre - Data: 12/12/2007 - Estado: SP

14 - Comissão de Estudo Especial da Cadeia Apícola

Prezados colaboradores,

Nesse ano, apesar do embargo da União Européia ainda permanecer, inúmeras conquistas foram realizadas pela apicultura brasileira, sendo uma delas a criação da CEE- 00:001.87 Comissão de Estudo Especial da Cadeia Apícola, onde pudemos juntos realizar um grande trabalho em prol do desenvolvimento do agronegócio apícola nacional.

Desde sua criação em maio do corrente ano foram realizadas quatro reuniões e dois textos de normas foram elaborados e estão sendo finalizados em curto espaço de tempo, principalmente se levarmos em conta, a complexidade dos temas abordados e a nossa inexperiência na elaboração de trabalhos com esse enfoque.

Mesmo assim, graças ao empenho de todos e suporte dado pela ABNT e dos demais parceiros, fechamos nosso primeiro ano de atividades com um saldo extremamente positivo.

Entretanto, ainda temos uma meta a ser finalizada com o compromisso firmado de enviar até o fim do ano a norma do "Sistema de Produção do Mel no Campo - 00:001.87-002" e para tal, só nos resta inserir as referências identificadas no texto.

Sendo assim, gostaria de contar mais uma vez com o apoio de todos e nesse contexto, principalmente dos representantes dos órgãos oficiais como MAPA e ANVISA. Reforço o convite para que todos os envolvidos se cadastrem no LIVELINK adquirindo suas senhas, permitindo o acesso a esse ambiente disponibilizado pela ABNT e ao material que vem sendo trabalhado e a todas informações inerentes a nossa comissão.

O texto do projeto de norma 00:001.87-002 pode ser acessado através do link <http://abnt.iso.org/livelihood/livelihood/open/6518148>.

A planilha de comentários pode ser acessada através do link <http://abnt.iso.org/livelihood/livelihood/open/6517679>.

Aproveito para agradecer a todos que puderam colaborar com nosso trabalho, principalmente aqueles que se dispuseram a participar de nossas reuniões, reforçando o convite de que os membros de nossa lista de participantes possam cada vez mais participar e contribuir para a construção conjunta da base técnica necessária para a aplicação, no futuro próximo, do programa de avaliação da conformidade da cadeia apícola nacional. Desejo a todos boas festas e um 2008 repleto de conquistas.

Ricardo Costa Rodrigues de Camargo - coordenador da CEET da Cadeia Apícola

Newton José Dias Ferraz - Gerência do Processo de Normalização - ABNT/SP - Rua Minas Gerais, 190 - 01244-010 - São Paulo – SP - Tel.: (11) 3017 3615 - e-mail: nferraz@abnt.org.br - Visite nossos sites: www.abnt.org.br / www.abntnet.com.br -

Fonte: WebApacame - 12/12/2006 - webapacame@terra.com.br

15 - Controle e erradicação de espécies exóticas poderá virar lei no Paraná –

A Assembléia Legislativa do Paraná deverá votar no próximo ano um projeto de lei - inédito na América Latina - voltado ao controle e erradicação de espécies exóticas invasoras, já consideradas a maior ameaça à biodiversidade no Planeta. O conteúdo do projeto de lei, baseado no trabalho desenvolvido pela Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, foi apresentado nesta quarta-feira (12) no Seminário “A ameaça das espécies exóticas invasoras à conservação da biodiversidade e dos recursos naturais”.

Participaram do debate o secretário Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Rasca Rodrigues; o presidente do Instituto Ambiental do Paraná, Vitor Hugo Burko; deputado estadual Luiz Eduardo Cheida (PMDB) – proponente do evento, técnicos, e especialistas no assunto.

Espécies exóticas invasoras são aquelas que não são típicas de um ecossistema e sua presença ameaça a sobrevivência da vegetação nativa - podendo até mesmo causar a extinção das espécies locais.

O secretário Rasca Rodrigues lembrou que o Paraná foi o primeiro estado brasileiro a regulamentar a retirada destas espécies. “O trabalho começou ainda em 2005, com a portaria 192 IAP que permite a extração das espécies exóticas de Unidades de Conservação”, comentou.

Neste ano, outro avanço. O IAP publicou no mês de maio uma lista com 57 espécies de plantas e 26 de animais considerados exóticos aos ecossistemas paranaenses. A portaria número 95, que reconhece oficialmente a lista, ainda aponta os tipos de plantios comerciais de espécies exóticas que devem adotar medidas preventivas de controle para não se transformem em vegetação invasora.

“Hoje estas iniciativas são referência em toda América Latina”, salientou o secretário Rasca. Mas, segundo ele, só a aprovação de um projeto de lei poderá garantir a continuidade deste importante trabalho. “Portarias podem ser revogadas por outros governos, enquanto por meio de Lei – como a que será proposta pelo deputado Cheida, estaremos implementando definitivamente estas medidas”, destacou Rasca.

REGULAMENTAÇÃO – O presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente explicou que, com o projeto de lei, seu objetivo é dotar o Paraná dos instrumentos legais necessários para que o Estado preserve o meio ambiente e ao mesmo tempo incentive sua economia. “Afinal, quanto mais biodiverso for um Estado maior será sua produtividade. E as espécies exóticas, por reduzirem essa diversidade, enfraquecem o ambiente e com ele a produção”, argumentou.

O presidente do IAP, Vitor Hugo Burko, que também esteve presente ao seminário, reiterou a necessidade de legislações específicas. “Existe um ‘vácuo’ legal na questão ambiental, faltam normativas que definam as regras do jogo”, comentou.

Cheida ainda adiantou que depois de pronto o Projeto de Lei serão promovidas reuniões regionais em todo Paraná para sensibilizar as pessoas quanto à importância de se controlar as espécies exóticas.

IMPACTOS – A coordenadora do Programa de Espécies Invasoras para a América do Sul da organização não-governamental “The Nature Conservancy” e fundadora do Instituto Hórus de Desenvolvimento e Conservação Ambiental, engenheira florestal Silvia Ziller, relatou que além de competir com as espécies nativas e alterar os ecossistemas, as espécies exóticas trazem outros prejuízos à natureza – e em ‘efeito dominó’, enfatizou

“Isso acontece quando um efeito é causa de outro efeito e assim por diante. A ausência das espécies nativas da flora, por exemplo, satura ou enfraquece o solo, altera a dispersão de sementes, a polinização e o equilíbrio hídrico”, acrescentou.

Ela relatou o caso de um arbusto típico da Ásia e África chamado Tamarisco, considerada vilão em regiões onde há pouca disponibilidade de água. “Esta vegetação tira sais do solo e os armazena em suas folhas. Depois as folhas caem

e se decompõem sobre o solo propiciando um fenômeno que chamamos de salinização”, explicou. “E a salinização está diretamente relacionada à redução do nível do lençol freático”, completou.

Como exemplo de espécies exóticas estão o Caramujo-Africano, Mexilhão-Dourado, Abelha-Africanizada, Tucunaré, Javali, Pinus, Amarelinho, Mamona, Madressilva, Braquiária, entre outras.

REFLEXOS NA ECONOMIA – A maioria dos impactos ambientais são difíceis de ser mensurados em valores monetários. Mas algumas estimativas apontam que US\$ 50 bilhões seriam gastos pelo Brasil a cada ano em função da presença de espécies exóticas em nossos ecossistemas. Apenas a Itaipu Binacional gasta cerca de R\$ 1 milhão ao ano para evitar que o mexilhão-dourado danifique suas turbinas.

“O recurso seria destinado à compra de produtos para eliminar espécies da flora que invadem cultivos agrícolas e em tratamentos de saúde para sanar doenças transmitidas por espécies da fauna, sem contar o prejuízo da qualidade da água, do ar. Estes não podem ser dimensionados”, concluiu Rafael Zeni, engenheiro florestal da The Nature Conservancy.

IAP desenvolve no Parque de Vila Velha projeto pioneiro para erradicação de pinus

Durante o Seminário, o diretor de Biodiversidade e Áreas Protegidas do IAP, João Batista Campos – que coordena todo o trabalho do Instituto voltado a espécies invasoras no Paraná – apresentou o trabalho de retirada de 540 mil árvores de pinus do Parque Estadual de Vila Velha, em Ponta Grossa. “O pinus, espécie exótica de fácil disseminação estava alterando a vegetação rasteira característica do ecossistema campo que o parque protege”, explicou. Em apenas 70 dias de trabalho, foram retiradas quase 500 mil árvores por meio da parceria, inédita no país, entre o órgão ambiental e a Associação Paranaense de Empresas de Base Florestal do Paraná (Apre).

O objetivo da erradicação é devolver ao parque de Vila Velha as suas características naturais. João Batista ainda disse, que o IAP está concluindo um plano de abrangência estadual. “O reconhecimento das atividades já desenvolvidas mostra que estamos no caminho certo. São várias frentes de ação, modelo para o Brasil, e todas estas estratégias fazem parte do Programa Estadual para controle de espécies exóticas invasoras”, garantiu João Batista.

Fonte: Agência Estadual de Notícias (AEN) - 12/12/2006

SEAB
DERAL – DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL
Editor Responsável: Roberto de Andrade Silva - andrades@pr.gov.br -
fone: 0xx41-3313.4132 – fax: 3313.4031 - deral@pr.gov.br - www.seab.pr.gov.br